

Senado deve aprovar indicação

por Marcos Magalhães
de Brasília

O economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, nomeado pelo presidente José Sarney para substituir Juarez Soares na Diretoria da Dívida Pública (Didip) do Banco Central, terá de passar por um teste que nenhum de seus antecessores enfrentou, antes de assumir o cargo: seu nome precisará ser aprovado pelo Senado Federal.

É o que prevê o artigo 52 da nova Constituição. Compete privativamente ao Senado Federal, estabelece o texto, aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do presidente e dos diretores do Banco Central.

Para ser aprovado, Freitas Gomes precisará dos votos da maioria simples dos senadores, em sessão que conte com a presença da maioria absoluta. Isto é, pelo menos 37 sena-



Carlos Thadeu de
Freitas Gomes

dores — do total de 72 — deverão estar presentes para que a sessão seja aberta, e no mínimo 18 senadores terão de votar a favor de seu nome.

O primeiro passo para a tramitação da mensagem de indicação assinada pelo presi-

dente Sarney é a sua leitura em plenário. A seguir, a mensagem deveria seguir para a comissão de Finanças. Como, no entanto, ela não está instalada, devido à prioridade concedida até agora à Assembleia Constituinte, o documento tem três destinações possíveis: a comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Fiscalização e Controle ou o próprio plenário.

A última opção é a que tem maiores chances de ser adotada pelo presidente do Senado, Humberto Lucena, segundo seus assessores. Neste caso, Freitas Gomes seria sabatinado pelo plenário do Senado; não apenas por uma comissão especializada. A sessão será pública. Um relator indicado por Lucena dará então o seu parecer, que será aprovado em sessão secreta — a portas fechadas — e em votação secreta. A indicação foi encaminhada ao senado em regime de tramitação normal.